



ATA DA 14ª REUNIÃO DO FÓRUM DOS DIRIGENTES DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Aos treze dias do mês de setembro, do ano de dois mil e doze, às 9 horas e 30 minutos, reuniram-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em São Paulo, capital, os membros do Fórum de Dirigentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sob a coordenação dos trabalhos do Professor Carlos Henrique Almeida Alves. O Coordenador Geral do FORPOG iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e fazendo um breve relato das atividades do dia: apresentação da ProQuest sobre sua plataforma de biblioteca virtual; relato da experiência do CEFET-MG com a aprovação de seu primeiro doutorado e, por último, relatos e encaminhamentos dos Grupos de Trabalho que se reuniram no dia anterior. João Shinohara, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação do IFSP, deu as boas vindas aos colegas do FORPOG e pediu desculpas pelos transtornos devido às reformas no IFSP. Em seguida, todos os dirigentes fizeram uma breve apresentação. Estavam presentes à reunião, os seguintes dirigentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, ou seu representante: Ademir Conte (IFMT); Adriano Saquet (IF Farropilha); Ana Mena (IFAM); Anália (IFPE); Artur Moret (IFRO); Augusto Cesar (IFTO); Carlos Alberto (IFTM); Carlos Henrique Almeida (IFAL); Alan Carlos (IF Goiano); Flávio Cardeal (CEFET-MG); Patterson (CEFET-MG); Getulio (IFRS); André Luiz (IFCE); Jaci Lima (IFRR); João Allemand (IFSul); João Célio (IFC); João Sinohara (IFSP); José Augusto (IF Fluminense); José Roberto (IFPA); Klessis (IFAP); Charlys Roweder (IFAC); Ricardo Hoffmann (IFAC); Marcos Tadeu (IFRJ); Marcelo Gregagnoli (IF Sul de Minas); Mario Noronha (IFSC); Neide (CPII); Aleksandro (IFPB); Rita Nano (IFBA); Ruberley (IFG); Junior Prado (IFS); Carmem Ballão (IFPR); Roquemar (IFES); e Vandemberg (IF Baiano). O Coordenador do FORPOG franquiou a palavra para INFORMES dos dirigentes. Anália informou a aprovação do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental do IFPE. Augusto fez um convite para o CONNEPI, que será realizado no IFTO. João Sinohara apresentou o responsável pela Revista SINERGIA e convidou a todos para enviarem artigos para publicação. Neide informou a aprovação do Mestrado Profissional voltado para o Ensino no Colégio Pedro II, e que o programa de residência docente já está em funcionamento, com bolsa para todos os integrantes. A seguir, passou-se para a apresentação do Sr. Elson Freire, da ProQuest, sobre plataforma de biblioteca virtual – ebrary. Segundo Elson alguns Institutos Federais já são assinantes desta plataforma, dentre eles IFAL, IFRN, IFAM e IFMG, e que a mesma foi apresentada à SETEC que está avaliando a possibilidade da assinatura para toda a Rede. Para isso, solicitou apoio dos IF. A plataforma ebrary dispõe de uma base de 90.000 livros, que cobrem todas as áreas do conhecimento. A interface é toda em português, mas a maioria da base é em inglês. Além desta base, a Rede pode fazer um repositório de sua produção, disponibilizando internamente na Instituição, para toda a rede ou, ainda, de forma universal a todos os usuários da plataforma. A proposta da ProQuest para a Rede Federal é de uma assinatura anual por Instituto Federal no valor de 21.996,00 dólares. Por fim, o Sr. Elson disponibilizou um sítio para que os Pró-Reitores possam acessar e testar a plataforma da biblioteca virtual: <http://site.ebrary.com/lib/redefederal>. Dando continuidade à pauta, Flávio Cardeal, Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET-MG, fez uma apresentação sobre a criação e aprovação do curso de doutorado em Modelagem Matemática e Computacional. Apresentou um histórico da pós-graduação no CEFET-MG, desde a criação do primeiro mestrado em parceria com uma universidade inglesa, na década de 1980. Segundo Cardeal, no CEFET-MG há 116 docentes envolvidos nos cursos de pós-graduação, o que representa 45% dos

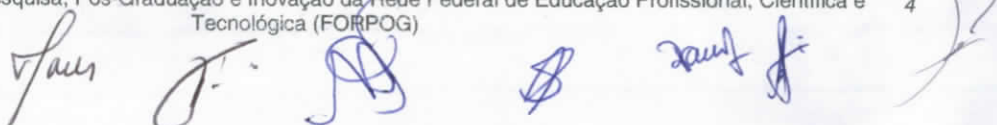


53 doutores da Instituição, sendo 12 bolsistas de Produtividade do CNPq. De 2005 até
54 2011 houve 75 defesas de mestrado nos sete programas existentes. Os programas de
55 mestrados possuem 150 bolsas, sendo 62 da própria Instituição e as demais
56 concedidas pelas agências de fomento (FAPEG, FAPEMIG e CNPq). 80% da produção
57 em periódico é feita pelos doutores, sendo que metade dela está relacionada aos
58 doutores vinculados à pós-graduação *stricto sensu*. Até 2005 havia menos de 20
59 grupos de pesquisa, chegando a 72 em 2011, sendo 63% da área de engenharia.
60 Apresentou algumas ações para a melhora da avaliação da CAPES, com vista a
61 aumentar o índice de produtividade dos docentes. A redução do número de docentes
62 do programa, de 27 para 20, fez com que a média de artigo publicado por ano
63 passasse de 0,54 para 1,4 artigos/docente/ano. Marcos Tadeu parabenizou o CEFET-
64 MG pela aprovação do doutorado e afirmou que o mérito da Instituição foi convencer a
65 CAPES sobre a dificuldade de aumentar a produtividade tendo como orientação alunos
66 do Ensino Médio, e questionou como o CEFET-MG resolveu a questão de carga
67 horária docente, tendo em vista que em média há 10 orientações por docente, o que
68 provoca uma redução de carga horária. Flávio explicou que inicialmente houve
69 contratação de docentes para trabalhar especificamente na pós-graduação, mas com o
70 passar do tempo e criação de novos programas isso foi descontinuado. Hoje o docente
71 precisa atuar em pelo menos em dois níveis de ensino. A carga horária docente foi
72 reduzida de 18 para 12 aulas. O CEFET-MG criou uma tabela de pontuação em que o
73 docente deve atingir no final do ano. Com isso, evitou que aqueles docentes que se
74 “escondiam”, que assumiam poucas aulas e não desenvolviam outras atividades,
75 mantivessem esta condição. Alan parabenizou o CEFET-MG e questionou sobre como
76 um mestrado nota 3 conseguiu aprovar um doutorado. Flávio esclareceu que eles
77 submeteram uma APCN de um novo programa, contendo um doutorado e um
78 mestrado, que foi aprovado com nota 4. Carlos Henrique questionou se haveria
79 possibilidade de destinar cota de vagas no programa para os servidores dos IF. Flávio
80 informou que o jurídico do CEFET-MG não permitiu que houvesse destinação de vagas
81 para uma instituição específica. André Luiz questionou sobre como o CEFET-MG
82 conseguiu superar as questões políticas com relação a não ser uma universidade e
83 aprovar o curso. Flávio informou que a proposta não foi aprovada na primeira
84 submissão, mas na segunda. Segundo ele, uma das ações tomadas foi o diálogo
85 realizado diretamente com o Prof. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da CAPES, para
86 buscar um tratamento não diferenciado. Antes do envio da segunda proposta
87 conversaram com o Coordenador da área de Avaliação, que deu sugestões
88 importantes, que não demonstrou nenhum preconceito em relação a ter uma proposta
89 de doutorado de um CEFET. Flávio esclareceu que na primeira proposta havia um
90 corpo docente distinto para o mestrado e o doutorado: eles foram orientados a ter um
91 corpo de docente único para o programa. Após o intervalo para o almoço, iniciou-se a
92 apresentação dos Grupos de Trabalho (GT), sendo que o **GT1** (Planejamento
93 Estratégico do FORPOG) fez sua apresentação para todos os Pró-Reitores presentes
94 na tarde do dia 11 de setembro: Adriano; Ana Mena; Anália; Artur Moret; Augusto;
95 Carlos Henrique; Alan; Jaci; João Célio; João Sinohara; José Augusto; Charlys; Marcos
96 Tadeu; Mario Noronha; Neide; Rita Nano; Ruberley; Ruth; Junior Prado; Klessis;
97 getulio; Aleksandro; André Luiz; e Ricardo Hoffmann. Ficou decidido que seria montado
98 um **Grupo de Trabalho** constituído pelos dirigentes: João Allemand (IFSul); Carlos
99 Henrique (IFAL); Roquemar (IFES); José Augusto (IF Fluminense); e Klessis (IFAP),
100 que deverão discutir, utilizando meios eletrônicos, e apresentar uma proposta de
101 planejamento estratégico até o dia 31 de outubro de 2012. Em seguida, passou-se para
102 a apresentação do **GT4** (Carga Horária docente), feita pelo Marcos Tadeu, que afirmou
103 que devido às diversidades dos IF, o grupo não apresentaria uma proposta de
104 regulamentação, mas uma diretriz que auxilie esta discussão. Segundo o grupo, há



105 uma dificuldade de atendimento ao plano de metas, no que se refere ao atendimento
 106 da meta de 20 estudantes por docentes, pois enquanto para os professores do núcleo
 107 básico isto possa ser mais fácil, no caso dos professores das áreas técnicas é mais
 108 complicado, pois as turmas são menores. No entanto, não se pode comprometer a
 109 atuação dos docentes do núcleo básico, não se pode impedir os doutores de realizar
 110 pesquisa. CONCLUSÃO: Não adianta ficar discutindo a questão de carga horária
 111 docente, se não rediscutirmos o Termo de Acordo de Metas, no que se refere a meta
 112 de 20 alunos por professor. Atingir a meta de redução da evasão é ilusória. Carlos
 113 Henrique questionou se o GT4 não pensou em estabelecer critérios para uma
 114 regulamentação. Alan sugeriu que as atividades de pesquisa e extensão sejam
 115 computadas na carga horária docente. Marcos Tadeu argumentou que não é possível
 116 fazer um documento que atenda a todos, pois além das diversidades entre as
 117 instituições há também uma grande diversidade entre as áreas. A gente fica sempre
 118 procurando o mau funcionário e esquecemos dos bons funcionários. O documento
 119 deveria ser de valorização dos bons funcionários. Getúlio apresentou a experiência do
 120 IFRS em que foi estabelecido que os docentes devem assumir de 8 a 16 aulas,
 121 excepcionalmente, chegando a 20 aulas. No entanto, a soma das atividades dos bons
 122 professores muitas vezes ultrapasse as 40 horas, o que gera algumas questões legais.
 123 André afirmou que uma das dificuldades é os pesquisadores apresentarem um projeto
 124 de pesquisa, muitas vezes eles são taxados de estar fugindo da sala de aula. Ele
 125 propõe que deveríamos achar um mecanismo para fiscalizar a execução das
 126 atividades. Adriano afirmou que um dos mecanismos de fiscalização são os relatórios
 127 no qual deve apresentar a produção. Marcelo informou que o IFSuldeMinas já
 128 regulamentou a carga horária docente, que há um acompanhamento eletrônico dos
 129 projetos e que os docentes que possuem pontuação mais elevada tem prioridade nas
 130 ações relacionadas a participação em eventos, afastamento para pós-graduação...
 131 Patterson apresentou a experiência de elaboração e implantação de um sistema de
 132 acompanhamento das atividades docentes no CEFET-MG. Em sua Instituição a
 133 proposta das atividades é aprovada em assembleia, e, no semestre seguinte, é
 134 verificado se a proposta foi cumprida. Esta verificação ainda não foi colocada em
 135 prática, nem definida algum tipo de punição para quem não atingir a meta.
 136 ENCAMINHAMENTO: utilizar a proposta do CEFET-MG para gerar um diagnóstico da
 137 atividade de pesquisa e ensino para definir uma relação aluno/professor. Em seguida,
 138 André Luiz fez a apresentação do **GT3** (Recursos da pesquisa e editais de pesquisa),
 139 afirmando que o grupo definiu que deveria ser estabelecidos critérios para distribuição
 140 dos recursos para pesquisa aplicada e não simplesmente dividido igualmente
 141 entre a Pró-Reitoria de pesquisa e de extensão. O grupo questionou sobre a resposta
 142 do CNPq para a solicitação de se criar uma modalidade de bolsas específicas para
 143 alunos dos cursos técnicos. Ponderaram que deveríamos ter acesso aos editais de
 144 pesquisa da SETEC antes de seu lançamento e que os recursos da pesquisa aplicada
 145 deveriam ser desvinculados da extensão. Para isso, seria necessário elaborar um
 146 documento explicitando o que é pesquisa aplicada. Definir que a pesquisa aplicada nos
 147 IF seja prioritária e que, para isso, são necessários recursos. Compartilhar editais e
 148 regulamentos aprovados pelos IF. Discutir desde agora os recursos para 2014. Criação
 149 de um CT-INFRA para os IF consolidar a pesquisa, com edital com características
 150 próprias, financiado pela SETEC. Marcos Tadeu propôs que chamássemos Ricardo
 151 Rosa (FINEP) e Aléssio (SETEC) para discussão sobre a elaboração de um edital para
 152 pesquisa. ENCAMINHAMENTO: elaboração de um documento com as proposições
 153 anteriores para ser encaminhado ao CONIF/SETEC e convidar Ricardo Rosa e Aléssio
 154 para próxima reunião do FORPOG a ser realizada na semana do ENPROP.
 155 RESPONSÁVEIS pela elaboração do documento: André (IFCE); Rita Nano (IFBA);
 156 Noronha (IFSC); e João Célio (IFC). Este documento deverá estar finalizado até 15 de

157 outubro de 2012. Por fim o Alan fez a apresentação do **GT2** (Documento para CAPES),
 158 que apontou a necessidade da adoção de um sistema diferenciado para a avaliação
 159 dos mestrados profissionais, normatização dos doutorados profissionais, concessão de
 160 bolsas e fomento aos mestrados profissionais semelhante ao que ocorre com os
 161 acadêmicos. Com relação à capacitação do corpo docente da rede, o grupo propôs que
 162 houvesse um aumento do financiamento; revisão do critério de número de
 163 alunos/orientador no caso dos MINTER e DINTER; destinação de pontuação
 164 diferenciada aos programas que ofertassem estes cursos; possibilitar os programas
 165 conceitos 4 ofertarem MINTER e DINTER; e reativação do PIQDTEC. Possibilitar aos
 166 IF participarem de Editais CAPES de pós-doutorado, retirando a exigência de cursos
 167 de doutorado. Alteração no Programa Ciência sem Fronteira possibilitando que as IES
 168 brasileiras enviem alunos para as instituições parceiras no exterior, de forma a
 169 fortalecer o processo de internacionalização da pesquisa e das IES. A reunião do dia
 170 encerrou-se às 18 horas e 30 minutos. No dia 14 de setembro, às 9 horas e 45
 171 minutos, a reunião iniciou-se com um comunicado do Vandemberg de que o IF Baiano
 172 recebeu gratuitamente a concessão dos softwares da Helpdesk, e que a empresa se
 173 mostrou interessada em estender esta concessão para todos os IF. Esta possibilidade
 174 já foi enviada pelo Reitor do IF Baiano para encaminhar ao CONIF. Em seguida, a
 175 mesa de trabalhos foi composta com as seguintes autoridades: Magnífico Reitor do
 176 IFSP, Arnaldo Augusto Ciquielo Borges; Magnífico Reitor do IF Sul de Minas e vice-
 177 presidente do CONIF, Sérgio Pedini; Presidente do CNE, José Fernandes de Lima;
 178 Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação do IFSP, João Sinohara; Diretor-Geral do Câmpus
 179 São Paulo, Carlos Antônio Vieira; Coordenador do FORPOG, Carlos Henrique Almeida
 180 Alves; e Secretário Geral do FORPOG, Ruberley Rodrigues de Souza. Arnaldo
 181 Augusto deu as boas vindas a todos, desejando sucesso nos trabalhos deste fórum.
 182 Sérgio Pedini justificou a ausência do Prof. Denio Rebello Arantes, presidente do
 183 CONIF, e externou a importância dos fóruns para o CONIF. Fez um apelo para que o
 184 FORPOG faça a definição dos indicadores de pesquisa para a matriz CONIF. João
 185 Sinohara agradeceu a presença de todos, e ao Diretor-Geral do câmpus São Paulo por
 186 ceder o espaço para a realização do evento. Carlos Henrique falou da importância da
 187 presença do CONIF na reunião deste fórum, informou que estamos elaborando o
 188 planejamento estratégico do FORPOG. Afirmou que os dois dias anteriores foram
 189 muito proveitosos, elogiou a apresentação da experiência do CEFET-MG na aprovação
 190 de seu primeiro doutorado e também sobre o acompanhamento da carga-horária
 191 docente. Em seguida, fez uma apresentação do palestrante e agradeceu sua ajuda na
 192 interlocução com a capes, que possibilitou a presença, na tarde deste dia, do prof. Lívio
 193 Amaral, Diretor de Avaliação da capes. José Fernandes de Lima, presidente do CNE,
 194 iniciou sua fala agradecendo o convite do FORPOG. Falou de sua trajetória no CNE,
 195 sobre o funcionamento e as complicações por trabalharmos num sistema federativo:
 196 CNE; CEE; CME, que devem trabalhar de forma colaborativa. Deu o exemplo da
 197 certificação para alunos aprovados pelo ENEM que sobrecarregará os IF, caso os CEE
 198 não dê autonomia para a SEE certificar o Ensino Médio para os alunos aprovados no
 199 ENEM. A seguir, passou à sua apresentação sobre a Estrutura Organizacional da
 200 Educação Brasileira, sobre os fundamentos legais e as obrigações do Estado com a
 201 Educação Básica. Apresentou os números da pós-graduação: evolução da quantidade
 202 de cursos, quantidade de alunos/docentes e produtividade. Apresentou também os
 203 números da graduação: quantidade de IES; e quantidade de alunos. Segundo ele, há
 204 uma distorção na relação dos números de matrículas por cursos, pois os cursos de
 205 Engenharia têm formado muito pouco. Como exemplo, enquanto se forma 76.702
 206 bacharéis de direito por ano, forma-se apenas 3.226 engenheiros civis. "Se não
 207 tomarmos cuidado, podemos passar a formar menos novos engenheiros do que a
 208 quantidade de engenheiros que morrem no Brasil". A seguir apresentou os números da





209 Educação Básica: número de escola; distribuição por esfera administrativa; etapas e
210 modalidades; e números de matrículas. Por fim, apresentou as diretrizes do Plano
211 Nacional de Educação 2011-2020, em especial, as metas do PNE e os Institutos
212 Federais. Sérgio Pedini ponderou sobre as dificuldades encontradas com o ingresso de
213 novos docentes, que se tentou incluir nos Editais a obrigatoriedade desses docentes
214 não licenciados terem uma formação pedagógica no período do estágio probatório,
215 mas a procuradoria federal recomendou a retirada desta obrigação. Rita Nano externou
216 as dificuldades que teve como Comissão de Concurso, devido ao requisito mínimo para
217 os docentes que deveriam ter licenciatura, pois os bacharéis são pesquisadores. Ela
218 questionou: os licenciados não podem fazer pesquisa? Então quem orientará os alunos
219 nos TCC? Além disso, há várias áreas que não têm licenciaturas. José Fernandes
220 afirmou que a intensão de exigir a licenciatura é muito boa, mas não considerou o
221 funcionamento do Sistema. As Instituições públicas só podem contratar por meio de
222 concurso, só que a regra do concurso deveria ser depois do atendimento do requisito
223 mínimo. Há muitos não licenciados dando aula, que está fora da lei. Nas Instituições
224 privadas, faz-se o contrato por seis meses e, se for o caso, depois renova. No serviço
225 público se você contratar alguém e depois não tiver como usá-lo é crime contra o
226 erário. Na universidade é contratado o graduado, independentemente se licenciado ou
227 bacharel. Os IF atuam tanto na Educação Básica quanto no Superior: enquanto no
228 Ensino Superior não necessita ser licenciado, na Educação Básica é fundamental. Os
229 docentes dos IF são de uma única carreira, que deve atender tanto o Ensino Superior
230 quanto Básico. Esta questão deve ser discutida no CNE para se buscar uma solução.
231 Após o intervalo para o almoço, a reunião foi retomada no período da tarde com o
232 Sérgio Pedini, vice-presidente do CONIF, externando a visão da atual gestão do
233 CONIF em relação aos Fóruns e sua relação com as respectivas Câmaras do CONIF.
234 Na sua visão, é inconcebível que o presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-
235 Graduação não estivesse sabendo que o FORPOG estava reunido. Alguém da Câmara
236 deveria estar presente na reunião do Fórum. Não é uma questão de fiscalização dos
237 fóruns pelas Câmaras, mas de se fazer um trabalho conjunto. Ponderou que, se os
238 membros do FORPOG foram nomeados por seus reitores é porque são, de certa
239 forma, especialistas nas áreas de atuação. A função deste fórum como uma ação de
240 assessoria das decisões do CONIF é de suma importância. Os Fóruns devem ter o
241 cuidado para não agendarem suas reuniões nas datas de reuniões do CONIF. Carlos
242 Henrique justificou o fato da coincidência das datas das reuniões do FORPOG e do
243 CONIF, e que isto aconteceu devido às agendas do presidente do CNE e do Diretor de
244 Avaliação da CAPES. Segundo ele, foi a única data possível para contarmos com a
245 presença dos dois convidados. Flávio questionou sobre a distribuição do orçamento
246 para as Instituições. Sérgio Pedini afirmou que no ano anterior adotou-se uma
247 distribuição igualitária porque não havia uma proposta diferente. O CONIF decidiu que
248 todas as câmaras, juntamente com seus fóruns, definam uma proposta concreta de
249 distribuição orçamentária a partir de agosto de 2012, de forma que até julho de 2013
250 seja adotada na próxima distribuição orçamentária. Não pode ser uma proposta
251 conceitual, mas que seja apresentada na forma de uma fórmula. Esta definição
252 depende de uma análise conjunta com os outros fóruns. Pois dizer que um aluno de
253 pós-graduação valha 4, isto tem que sair de algum lugar, por exemplo da extensão –
254 então o fórum de extensão também deve se posicionar. Em seguida, Carlos Henrique
255 desejou boas vindas ao Prof. Lívio Amaral, e fez um breve relato do histórico da
256 evolução dos IF, que passaram por cerca de 90 anos como escola técnica e 10 anos
257 como CEFET, e que os IF têm um grande compromisso com a sociedade na oferta da
258 Educação Básica e agora também com a oferta da pós-graduação *stricto sensu*. Lívio
259 Amaral iniciou sua fala afirmando que também passou pela escola técnica como aluno.
260 Afirmou perceber que há uma grande mobilização dos IF com a apresentação de



261 APCN, mas se preocupa com as perspectivas dos novos docentes dos IF,
262 principalmente, no que se refere ao que está por traz das propostas de *stricto sensu*.
263 Afirmou ser Físico e que sempre trabalhou com bósons de Higgs, se perguntarem o
264 que gostaria de trabalhar na pós-graduação: diria que seria com bósons de Higgs, que
265 é o que ele sempre fez o que ele mais sabe fazer. Segundo ele, muitas propostas
266 deixam transparecer esta situação, não há uma coesão do corpo docente. Lívio Amaral
267 explanou sobre os procedimentos de análise das APCN, que são primeiramente
268 avaliadas na área específica e depois no conjunto de todas as 48 áreas. A partir da
269 análise das propostas enviadas, tem-se a percepção de que estas propostas parece
270 não estar vinculadas à missão dos IF. Anália questionou que: se as propostas não
271 possui aderência à missão dos IF, então, na visão da CAPES, qual é a missão dos IF.
272 Lívio Amaral afirmou que a CAPES não possui clareza sobre qual é de fato a missão
273 dos IF, mas que não pode protelar a análise das propostas até a definição desta
274 missão. Assim, as áreas analisam as propostas segundo suas concepções. Marcos
275 Tadeu, externou sua preocupação com a velocidade com que estamos caminhando,
276 que somos instituições centenárias, que em menos de dez anos de cursos superiores
277 vimos tendo bons resultados nas avaliações de nossos cursos, com vários deles
278 atingindo notas 4 e 5. Sua preocupação é com alguns resultados de avaliações
279 preconceituosas de APCN, pelo simples motivo de ter sido enviada por um IF, citou um
280 avaliador que afirmou que os mestrados não é função dos Institutos. Há ranços por
281 sermos uma instituição recente, criada em 2008, que isso é motivo negativo para a
282 avaliação. Ele tem certeza que assim com o ensino superior vem atingindo bons
283 patamares de avaliação e que em breve estaremos também atingindo estes níveis na
284 pós-graduação. Afirmou ainda que não estamos pleiteando uma avaliação diferenciada
285 para os IF, por ser instituições novas, mas que sejam superados esses ranços. Lívio
286 Amaral afirmou que, de fato, em parte existem alguns ranços, que são pontuais, mas
287 não tão forte. Todo ano são apresentadas cerca de 800 propostas, destas cerca de
288 40% são aprovadas. Há diversas propostas dos IF dentre elas. Um exemplo,
289 suponhamos que tenhamos duas propostas de mestrado em letras, igualmente boas,
290 sendo uma dos IF, a questão é: será esta uma missão dos IF? Ninguém sabe
291 responder a esta questão. Na sexta-feira as duas acabam sendo aprovadas, pelo
292 mérito, mas a questão continua, será que é adequada esta pós-graduação para os IF?
293 João Sinohara apresentou sua visão sobre a pós-graduação em alguns IF, que em
294 alguns deles a pós-graduação não está junto com a pesquisa e inovação, pois
295 entende-se que a pesquisa não precisa, necessariamente, estar vinculada à pós-
296 graduação. A maior parte de nossos mestres e doutores, formados pelas universidades
297 tradicionais, são especialistas em determinada área, mas não sabem de fato o método
298 científico, e estes docentes serão professores de nossos alunos, que deveriam
299 aprender o método científico – aprender como fazer pesquisa. Os IF devem aprender a
300 fazer pesquisa aplicada, o problema é como fazer a interação com o meio produtivo.
301 Lívio Amaral concordou com o posicionamento do Sinohara, mas acrescentou que
302 quando o pesquisador tem um problema demandado pela sociedade, o problema não é
303 mais dele e ele não tem como fugir deste problema, ele tem que buscar solucioná-lo.
304 Sinohara questionou sobre a possibilidade de bolsas para os mestrados profissionais.
305 Lívio Amaral respondeu que o problema é a quantidade de bolsas disponível, para
306 conceder para um tem que tirar de algum lugar. Por mais que o orçamento venha
307 crescendo, não há como atender toda demanda. A concessão de bolsas para estes
308 mestrados não está atrelado apenas a uma regra, mas também às questões
309 orçamentárias – a regra pode ser alterada. Anália pondera que devemos discutir
310 amplamente sobre o modelo de pós-graduação dos IF, mas como seria a análise desta
311 proposta se a pós-graduação é a “cara” da universidade. Lívio Amaral afirmou que
312 estamos num momento histórico, em que estamos fazendo uma discussão da pós-


CONIF

 CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
 DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

313 graduação dos IF. A preocupação da Anália é preocupação dele, devemos discutir esta
 314 questão noutros momentos. Ele se dispôs em participar destas discussões. Carlos
 315 Henrique afirmou que este fórum já vem tentando realizar uma discussão sobre a pós-
 316 graduação nos IF, que após esta reunião entregará um documento com algumas
 317 ponderações e solicitações deste fórum. Marcos Tadeu informou que o IFRJ está
 318 tentando criar um doutorado, mas para isso teria que ter um mestrado acadêmico, mas
 319 isso gera um problema, pois teria que mudar o foco dos mestrados profissionais. Por
 320 que não se cria um doutorado profissional. Lívio Amaral explicou que antes de falar de
 321 doutorado profissional é necessário entender o que é o mestrado profissional. O
 322 desenho do mestrado profissional é bem diferente do acadêmico. Segundo ponto, há
 323 diversas áreas que não tem nenhum mestrado profissional, outras que tem muitos.
 324 Como separar a avaliação dos mestrados profissional e acadêmicos? Afirmou que isso
 325 irá futuramente acontecer, isso já é uma decisão tomada pela CAPES, a questão é
 326 quando isso ocorrerá. Ter um doutorado profissional antes desta separação seria
 327 complicar ainda mais o processo. Talvez esta separação seja feita depois da próxima
 328 avaliação trienal, aí o doutorado profissional poderá se tornar uma realidade. Carlos
 329 Henrique agradeceu a presença do Lívio Amaral e a participação de todos na reunião,
 330 que se encerrou às 17 horas e 15 minutos. Nada mais havendo a tratar, eu Ruberley
 331 Rodrigues de Souza, Secretário Geral deste Fórum, lavrei a presente ata, que será
 332 assinada por todos os participantes.

333
 334 Ademir José Conte (IFMT) _____

335 Adriano Arriel Saquet (IF Farroupilha) **ilegível** _____

336 Alan Carlos Costa (IF Goiano) _____

337 Aleksandro G. Lima (IFPB) _____

338 Ana Mena Barreto Bastos (IFAM) **ilegível** _____

339 Anália Keila Rodrigues Ribeiro (IFPE) _____

340 André Luiz C. de Araújo (FCE) _____

341 Artur Moret (IFRO) _____

342 Augusto Cesar dos Santos (IFTO) **ilegível** _____

343 Carlos Alberto Alves de Oliveira (IFTM) _____

344 Carlos Henrique Almeida Alves (IFAL) **ilegível** _____

345 Carmem Ballão (IFPR) _____

346 Charlys Roweder (IFAC) _____

347 Flávio Luis Cardeal Pádua (CEFET-MG) **ilegível** _____

348 Getulio Jorge Stefanello Júnior (IFRS) _____

349 Jaci Lima da Silva (IFRR) _____

350 João Antônio Allemand (IFSul) _____

351 João Célio de Araújo (IFC) _____

352 João Sinohara da Silva Sousa (IFSP) **ilegível** _____

353 José Augusto Ferreira da Silva (IF Fluminense) _____

354 José Roberto Brito Pereira (IFPA) _____



- 355 Junior Leal do Prado (IFS) _____
- 356 Klessis Lopes Dias (IFAP) _____
- 357 Marcos Tadeu Couto (IFRJ) illegível _____
- 358 Marcelo Bregagnoli (IF Sul de Minas) _____
- 359 Mario de Noronha Neto (IFSC) _____
- 360 Neide da Fonseca Panacho Sant'Anna (CPII) _____
- 361 Ricardo Bezerra Hoffmann (IFAC) _____
- 362 Rita Maria Weste Nano (IFBA) illegível _____
- 363 Ruberley Rodrigues de Souza (IFG) _____
- 364 Roquemar de Lima Baldam (IFES) _____
- 365 Vandemberg Salvador de Oliveira (IF Baiano) illegível _____
- 366 _____